

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ****Autorização****AF 000653/2026 - Emissão: 09/02/2026****1ª Via - Comprador**

Endereço: Praça dos Três Poderes, 73 - Centro - CEP 12327-170

CNPJ: 46.694.139/0001-83

TELEFONE: 39559000

Fornecedor:	RICARDO FELIPE MOREIRA (3883508)	56.059.577/0001-23			
Endereço:	TRAVESSA JAU, 67 - VILA RESENDE, CEP: 12282320, CACAPAVA - SP				
e-Mail:	mafepresentes2024@gmail.com	Contatos:	1291413030 		
Conta Bancária	260 - Nu Pagamentos S.A	Agência:	0001-0	C/C:	919843842 - 4

Unidades Atendidas

Unidade Adm:	Secretaria de Assistência Social (0232)
Centro Consumo:	Secretaria de Assistência Social (001)
Solic.de Compra:	000729/2026

Processo de Compra

Número:	000041/2026	Modalidade:	DL - Dispensa de Licitação nº: 000031/2026		
Data:	03/02/2026	Artigo:	*Lei 14.133/2021, Art. 75, II		
Comprador:	NILZA RODRIGUES NOVOLI				

Contato Nilza
3955-9186AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA O CENTRO POP
DEVE CONSTAR NA NOTA FISCAL A INFORMAÇÃO: PROCESSO SEDS - PRC -2025-00543
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 11 DFS**Ocorrências****Ata de Registro de Preço**

Número:		Vigência:		Representante:	
---------	--	-----------	--	----------------	--

Informação p/entrega

Almoxarifado Responsável:	Secretaria de Assistência Social (226)				
Prazo para entrega da mercadoria:	015 Dias	Condições de Pagamento:	11 dfs		
Local para entrega da mercadoria:	ALMOXARIFADO CENTRAL – AV. MAJOR ACÁCIO FERREIRA Nº810 – JD. PARAIBA – JACAREÍ - SP				

Empenho(s)

001401/2026 - Ordinário	Data: 09/02/2026	UO: 0209 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL UE: 020902 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 559 020902 08.245.0005.2552 02 800.0001 4.4.90.52.99	Valor Utilizado:	R\$ 5.693,49
--------------------------------	---------------------	---	------------------	---------------------

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	UN	VALORES	
				UNITÁRIO	TOTAL
0001	2.008.002.00041188 CONJUNTO DE MESA COM 06 CADEIRAS <i>MARCA: Charlot</i> <i>ESPECIFICAÇÃO:</i> CONJUNTO DE MESA DE COZINHA COM 6 CADEIRAS, TAMPO EM MDF, MDP, OU GRANITO, RETANGULAR 1,60CM COMPRIMENTO, PROFUNDIDADE 90 CM, ALTURA 79 CM CADEIRAS COM ENCOSTO REFORÇADA, LARGURA 40 CM, ALTURA 98 CM, PROFUNDIDADE 49 CM. SENDO 1 CONJUNTO PARA O CENTRO POP E OUTRO PARA ABORDAGEM SOCIAL	2,0000	UN	1.682,9800	R\$ 3.365,96
0002	2.008.005.00001031 RACK <i>MARCA: Madeff</i> <i>DESCRIÇÃO COMPLETA:</i> <i>ESPECIFICAÇÃO:</i> RACK PARA TV SALA DE ESTAR PARA TV ATÉ 50 POLEGADAS EM MADEIRA PARA UTILIZAÇÃO NO CENTRO POP	1,0000	UN	531,2300	R\$ 531,23

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ**

Autorização

AF 000653/2026 - Emissão: 09/02/2026**1ª Via - Comprador**

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	UN	VALORES	
				UNITÁRIO	TOTAL
0003	2.008.003.00035670 SOFÁ <i>MARCA: Modern</i> <i>DESCRIÇÃO COMPLETA:</i> <i>ESPECIFICAÇÃO: SOFÁ 2 E 3 LUGARES - 1,52M X 2,02M - EM COURINO PRETO DENSIDADE DA ESPUMA D 28, PERCINTAS ELASTICAS, ESTRUTURA DE MADEIRA MACIÇA DE EUCALIPTO/ PINUS 100% REFLORESTAMENTO, REFORÇADO.</i> PARA UTILIZAÇÃO NO CENTRO POP	1,0000	UN	1.796,3000	R\$ 1.796,30

TOTAL: R\$ 5.693,49

(CINCO MIL E SEISCENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS)



- 1- O pagamento será efetuado através de crédito em Conta Corrente.
- 2- Fazer constar no corpo da Nota Fiscal os números desta AF e do Empenho, além da Condição de Pagamento.
- 3- As notas fiscais decorrentes desta autorização deverão ser emitidas em nome de MUNICÍPIO DE JACAREÍ, formato este correspondente a inscrição principal do Município no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Seção 4 – Das Sanções

4.1 - A aplicação de sanções aos contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos de compras e de contratação de serviços e obras de engenharia e em outros ajustes, deverá obedecer ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2 - A multa, aplicável ao contratado por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato celebrado.

Parágrafo único – Na hipótese de inexecução parcial do contrato, a multa será calculada sobre o valor da obrigação não cumprida.

4.3 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

- I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;
- II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;
- III - após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

Parágrafo único – Os prazos referidos nos incisos I a III deste artigo considerarão dias corridos.

4.4 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

4.6 - A recusa injustificada em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de prestada.

4.7 - Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Municipalidade, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para a entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

4.8 – Prevalecerá o cálculo da multa na forma do edital ou contrato quando previsto.

5- Horário de entrega: de Segunda a Sexta-Feira, das 8:00 h às 11:00 h e das 13:00 h às 16:30 h, no local indicado, com frete pago.

ALMOXARIFADO SAÚDE

Horário de entrega: de Segunda a Sexta feira, das 08 às 12h e das 13h30 às 17h;

6-A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2.011, CONFORME LEGISLAÇÃO ESTADUAL VIGENTE, OS MATERIAIS/SERVIÇOS SUJEITOS A INCIDÊNCIA DE ICMS DEVERÃO SER ENTREGUES ATRAVÉS DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA. NÃO SERÃO ACEITAS NOTAS FISCAIS MODELO 1 E MODELO 1A.

7 - Condição para recebimento de medicamentos/materiais hospitalares/odontológicos pelo Almojarifado da Secretaria de Saúde: deverá conter impresso na embalagem os dados de identificação do produto, nome do fabricante, número do lote, data de validade e de fabricação, e armazenagem. No corpo da Nota Fiscal deve conter, além da identificação do produto, o número do lote e data de validade. No caso de medicamentos, as embalagens individuais devem conter inscritas, de forma destacada e não removível a frase: "PROIBIDA A VENDA PELO COMÉRCIO".

8- O almoxarifado central receberá entregas de segunda à sexta feira das 8:00h às 16:30h

9 - DA ANTICORRUPÇÃO – Na execução do presente Contrato é vedado à Administração Municipal Direta e Indireta e à Contratada e/ou o empregado seu, e/ou o preposto seu, e/ou o gestor seu:

Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato; Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

Autorização

AF 000653/2026 - Emissão: 09/02/2026

1ª Via - Comprador

pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou

De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº8.420/2015 (conforme alterado) do U.S Foreign Corrupt Practices Act de 1977 (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente contrato.

O NÃO CUMPRIMENTO DESSA EXIGÊNCIA RESULTARÁ NA RECUSA/RECEBIMENTO DO MATERIAL/SERVIÇO.